

Anexo 6 – Sistema de arrecadação

CONTRATO Nº [·]/[·]

ANEXO 06

SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

SÃO PAULO - SP

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Este ANEXO tem como objetivo estabelecer os padrões que deverão ser observados para a implantação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO pela CONCESSIONÁRIA, contemplando as ações de cobrança de TARIFAS, a operação do controle de dados do tráfego de USUÁRIOS, bem como a criação de subsídios para o controle financeiro, transacional e contábil dos valores arrecadados.
- 1.2. O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO compreende, no mínimo, os Sistemas presentes neste ANEXO, quais sejam:
 - I. Sistema de Monitoramento do Fluxo de Pedestres e Ciclistas;
 - II. Sistema Principal de Arrecadação de TARIFAS; e
 - III. Sistema de Cobrança Automática através de dispositivos de identificação eletrônica veicular (tags de pedágio).

IV. SISTEMA DE HORA MARCADA.
- 1.2.1. Os SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO previstos nos incisos I e II do item 1.2, acima, deverão ser implantados em até 120 (cento e vinte) dias da data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.
- 1.2.2. O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO previsto no inciso IV do item 1.2 deverá ser operado pela CONCESSIONÁRIA a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, sem prejuízo do dever de observância, pelo PODER CONCEDENTE, do disposto no item 25.1, inciso X do CONTRATO.
- 1.2.3. Os prazos constantes no item 1.2.1 poderá ser prorrogado pela ARTESP de ofício ou caso solicitado de forma tecnicamente justificada pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.2.4. Durante o período de implantação dos SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO pela CONCESSIONÁRIA, deverão ser aproveitados os meios de arrecadação que vinham sendo utilizados pelo PODER CONCEDENTE antes da transferência do SISTEMA DE TRAVESSIAS.
- 1.3. Todos os SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO indicados no item 1.2, com exceção do Sistema de Monitoramento do Fluxo de Usuários, deverão viabilizar a cobrança de TARIFAS nas seguintes modalidades:
 - I. cobrança de TARIFA com pagamento em dinheiro (Reais);
 - II. cobrança de TARIFA com pagamento através de cartões EMV (Europay, Mastercard & Visa) modalidades crédito e/ou débito realizado em cabines de cobrança (para veículos motorizados) ou bilheterias físicas (para pedestres e ciclistas);

- III. cobrança de TARIFA com pagamento através de dispositivos de identificação eletrônica veicular (tags de pedágio) nas modalidades pré e pós pago em cabines de cobrança (para veículos motorizados);
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA poderá, mediante anuência da ARTESP, implantar outros sistemas que julgar convenientes para a prestação do serviço adequado, desde que não prejudiquem ou desnaturem os SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO listados nos subitens do item 1.2, tais como:
- I. cobrança de TARIFA através da leitura de *QR Codes*, gerados em aplicativos para dispositivos móveis, com pagamento na modalidade online por meio de cartões EMV (Europay, Mastercard & Visa) modalidades crédito e/ou débito ou PIX, nas cabines de cobrança (para veículos motorizados) ou bilheterias físicas (para pedestres e ciclistas);
 - II. cobrança de TARIFA através de cartões EMV (Europay, Mastercard & Visa) modalidades crédito e/ou débito com tecnologia de pagamentos móveis por proximidade (NFC - *Near Field Communication*), nas cabines de cobrança (para veículos motorizados) ou bilheterias físicas (para pedestres e ciclistas);
 - III. cobrança de TARIFA através de Sistema Automático Livre (*Free Flow*), com pagamento automático mediante a captura e identificação, por equipamentos de controle de arrecadação, das informações necessárias para cobrança dos veículos motorizados na passagem pelos pórticos. Para a cobrança nessa modalidade, os equipamentos de controle de arrecadação deverão:
 - a. registrar a passagem e os dados dos veículos;
 - b. calcular e debitar o valor tarifário devido;
 - c. armazenar os dados da operação de arrecadação automática eletronicamente.
- 1.5. A ARTESP poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA implante outros SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO, observado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 1.6. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por suportar, às suas expensas, os custos operacionais (Opex) e de capital (Capex) relativos à transição e à implementação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, assegurando a continuidade e a qualidade da operação do SISTEMA DE TRAVESSIA, sem qualquer prejuízo aos usuários.
- 1.7. Durante a FASE DE TRANSIÇÃO, o DH deverá realizar o registro dos fluxos de USUÁRIOS, abrangendo veículos motorizados, ciclistas e pedestres, incluindo tanto os pagantes quanto os isentos. Os dados coletados deverão ser disponibilizados à ARTESP, que poderá realizar auditorias a qualquer tempo, para verificar a conformidade das informações.
- 1.8. Toda a produção de dados decorrente do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO deverá observar o disposto no item 2.5 do ANEXO 3, devendo viabilizar a

operacionalização do Sistema de Monitoramento das Informações de Arrecadação (MIA), sendo necessária a disponibilização, ao menos, dos seguintes dados de maneira digital, automatizada e em formato editável à ARTESP:

- I. hora, local e método de cobrança da TARIFA;
- II. número e tipo de TARIFA cobrada, nos termos do ANEXO 5, de maneira separada por evento, EMBARCAÇÃO e TRAVESSIA;
- III. indicação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO utilizado para a cobrança da TARIFA, nos termos do item 1.2;
- IV. pesagem estimada do grupo global de veículos transportados em cada viagem realizada no âmbito de cada TRAVESSIA;
- V. no caso dos SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO de que tratam os incisos II, III e IV do item 1.2, o valor arrecadado pela CONCESSIONÁRIA em cada evento, o número de isenções conferidas decorrentes do ANEXO 5 e o número de gratuidades decorrentes de legislação.

- 1.9. A implantação e a gestão dos SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO deverão atender às obrigações legais e fiscais, bem como observar a atualidade tecnológica disciplinada na Cláusula Décima Oitava do CONTRATO durante o período da CONCESSÃO, devendo a CONCESSIONÁRIA observar as melhores práticas relativas aos mecanismos de cobrança e pagamento, bem como a interoperabilidade com as tecnologias da época, conforme descrito no item 3.

2. SISTEMA MONITORAMENTO DO FLUXO DE PEDESTRES E CICLISTAS

- 2.1. O Sistema Monitoramento do Fluxo de Pedestres e Ciclistas deverá ser implantado às operações em que for aplicada a TARIFA DE PEDESTRES E CICLISTAS cujo valor for igual a R\$ 0,00 (zero).
- 2.2. O Sistema de Monitoramento do Fluxo de Pedestres e Ciclistas tem como objetivo aferir a quantidade de usuários, viabilizada através da emissão pela CONCESSIONÁRIA de BILHETES, físicos ou eletrônicos, relativos aos pedestres e ciclistas cuja TARIFA será R\$ 0,00 (zero) nos termos do CONTRATO e do ANEXO 5, bem como a mensuração das informações dispostas no item 1.8.

3. SISTEMA PRINCIPAL DE ARRECADAÇÃO

- 3.1. O Sistema Principal de Arrecadação deverá ser implantado com o objetivo de viabilizar a cobrança de TARIFA, de maneira física e eletrônica, bem como mensurar as informações dispostas no item 1.8.
- 3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar ampla possibilidade de pagamento de TARIFA em meios de venda físicos e eletrônicos.
 - I. Nos meios físicos a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer as modalidades de pagamentos em dinheiro (Reais), cartão de crédito

e/ou cartão de débito para todos os usuários e dispositivos de identificação eletrônica veicular (tags de pedágio) para veículos motorizados;

- 3.2.1. Nos meios digitais a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer, no mínimo, a possibilidade de pagamentos em cartão de crédito.
- 3.3. Para fins de controle e fiscalização, o Sistema Principal de Arrecadação deverá contemplar a emissão de BILHETES, físicos ou não, adquiridos por beneficiários de isenções totais ou parciais, de acordo com o disposto no ANEXO 5 e a legislação vigente à época.
- 3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um SISTEMA DE ARRECADAÇÃO com base em políticas públicas e tarifárias definidas por regulamento emitido pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá direcionar toda a arrecadação da comercialização das TARIFAS à uma CONTA CENTRALIZADORA de gestão do PODER CONCEDENTE, conforme detalhado no APÊNDICE 06.
- 3.6. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um SISTEMA DE ARRECADAÇÃO cuja governança seja exercida pelo PODER CONCEDENTE.

4. SISTEMA DE COBRANÇA AUTOMÁTICA

- 4.1. O Sistema de Cobrança Automática deverá ser implantado com o objetivo de viabilizar a cobrança da TARIFA por USUÁRIOS de veículos, através de dispositivos de identificação eletrônica veicular (tags de pedágio) com tecnologia AVI (*Automatic Vehicle Identification*) ou similar, de modo a automatizar a entrada de veículos nas TRAVESSIAS, bem como mensurar as informações dispostas no item 1.8.
- 4.2. A(s) tecnologia(s) utilizada(s) no Sistema de Cobrança Automática deverão passar por processos de homologação técnica e operacional, conforme discriminado no ANEXO 3.
- 4.3. Para fins de controle e fiscalização, o Sistema de Cobrança Automática deverá contemplar o registro eletrônico das transações para veículos cadastrados e/ou registrados em nome de beneficiários de isenções totais ou parciais, conforme o ANEXO 5 e a legislação vigente à época.

5. SISTEMA DE HORA MARCADA

- 5.1. O SISTEMA DE HORA MARCADA deverá ser implantado com o objetivo de viabilizar a cobrança de TARIFA por USUÁRIOS das categorias dos itens 13A

e13B dispostos na Tabela 2 do ANEXO 5, através de mecanismo de agendamento prévio até o limite máximo de 2 (duas) horas prévias ao horário desejado para agendamento, bem como mensurar as informações dispostas no item 1.8 relativas ao estes USUÁRIOS.

- 5.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP instrumento com os termos e condições de uso para o agendamento de viagens na modalidade HORA MARCADA, observando de maneira referencial os termos e condições já utilizados pelo PODER CONCEDENTE para a atual operação da HORA MARCADA.
- 5.3. Para as demais categorias das Tabelas 1, 2 e 3 do ANEXO 5, a CONCESSIONÁRIA poderá definir multiplicadores em seu SISTEMA DE HORA MARCADA mediante aprovação da ARTESP.
- 5.4. Para fins de controle e fiscalização, o SISTEMA DE HORA MARCADA deverá contemplar a cobrança de TARIFA, físicos ou eletrônicos, adquiridos por beneficiários de isenções totais ou parciais, de acordo com o ANEXO 5 e a legislação vigente à época.

6. INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA

- 6.1. Nas TRAVESSIAS onde for possível a integração tarifária com os demais serviços de transporte de passageiros municipais, estaduais ou federais existentes ou supervenientes à assinatura do CONTRATO, a ARTESP poderá, a qualquer momento, solicitar que a CONCESSIONÁRIA apresente relatório sobre a viabilidade da sua implantação, que deverá conter insumos técnicos, regulatórios e econômicos para a operacionalização da integração.
- 6.2. Uma vez recebido o relatório mencionado no item 6.1, acima, o PODER CONCEDENTE poderá determinar a implementação da integração tarifária pela CONCESSIONÁRIA, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

7. AUDITORIA DOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO

- 7.1. A qualquer tempo, a ARTESP poderá realizar auditoria criptográfica em quaisquer dos Sistemas que compõem o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO.
- 7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar anualmente auditoria criptográfica com empresa independente, idônea e de notória especialização sobre todo o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, comunicando à ARTESP qualquer informação relativa à auditoria quando solicitada.
- 7.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prover o acesso à ARTESP a todas as informações do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, para que a agência possa coletar as informações necessárias. Contudo, não é permitida a disponibilização de dados por meio de views, scripts, webservice etc., ou seja, as informações devem ser coletadas diretamente das tabelas do banco de dados, por meio de sistema de informações implementado pela concessionária às suas expensas.

8. DEMAIS OBRIGAÇÕES

- 8.1. Caso em qualquer dos Sistemas que compõem o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO sejam utilizadas tecnologias que permitam o acúmulo de créditos em cartões físicos para o pagamento da TARIFA, as seguintes regras devem ser observadas:
- 8.1.1. Deverão ser permitidos bloqueio e desbloqueio nos casos de perda, extravio, furto, roubo ou fraude.
 - 8.1.2. No caso do item 8.1.1, acima, deverá ser permitido que o USUÁRIO transfira os seus créditos para outro cartão físico de sua titularidade.
 - 8.1.3. Os créditos acumulados não perderão a validade em função de seu não uso, observadas as regras constantes no ANEXO 10 e demais normas aplicáveis aos respectivos SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO ou regulações supervenientes da ARTESP.
 - 8.1.4. Deverão ser disponibilizados equipamentos em locais de fácil acesso e ferramentas online para consulta, pelos USUÁRIOS, de saldos existentes nos cartões físicos.
- 8.2. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar medidas de segurança dos processos e sistemas associados à bilhetagem para prevenções de fraudes. As práticas e procedimentos comuns de combate à fraude devem ser padronizados e executados nos SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO, garantindo que diversas medidas possíveis de segurança, combate e mitigação de fraudes sejam incorporadas de forma geral e precoce à toda operação, incluindo a “queima física” de circuitos de cartões bloqueados por uso comprovadamente fraudulento.